

**Patricia Rivero – NEPP-DH/UFRJ**

**Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS**

**CONFERÊNCIA: DESIGUALDADES SOCIAIS NO MERCADO DE TRABALHO – AS POLÍTICAS DO POSSÍVEL**

A questão da desigualdade tem sido abordada pelos filósofos contratuais e os fundadores da sociologia. Plasmada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, primeira versão dos direitos humanos universais, a igualdade, junto ao direito à vida, à segurança e à propriedade configurava-se como direito universal fundamental. Com o surgimento do Estado-liberal, seres humanos diferentes do ponto de vista das suas aptidões e separados dos seus vínculos estamentais deviam se igualar, não só para serem mão-de-obra livre, senão também para ter acesso aos mesmos direitos e as mesmas oportunidades. Desigualdades, portanto, significa injustiça pela impossibilidade de acesso aos bens, aos direitos e oportunidades. Se Marx associava sociedade civil à sociedade de classes ao predomínio do homem burguês e egoísta, considerando a desigualdade inerente à sociedade capitalista, Alexis de Tocqueville, numa visão diferente, tinha detectado a igualdade como uma tendência das sociedades modernas e advertia para os perigos do despotismo das maiorias. No entanto, Durkheim descrevia a complexidade social da época a partir do aumento da densidade das relações sociais e da divisão do trabalho, destacando continuidade e mudança na solidariedade social. A “utopia” da solidariedade é contida na idéia de reciprocidade de Karl Polany (1975), apesar de que o “moinho satânico” do mercado destrua as formas sociais anteriores, anunciando a atual desigualdade.

Max Weber estuda a intersecção das diferentes esferas sociais, como o mercado, a política e a cultura, que se entrelaçam criando posições de status desiguais.

Assim, a questão da igualdade tem aparecido na teoria sociológica seja como utopia de um passado que já se foi, como projeto de uma sociedade futura ou atrelada a uma perspectiva analítica histórica.

As contradições entre mercado e sociedade manifestam-se dentro do próprio Estado, como o entende Claus Offe. As políticas públicas compreendidas como ações impulsionadas pelo Estado para reparar ou compensar as desigualdades sociais geradas pelo movimento do mercado são a base de teorias que fundamentaram o Estado de bem-estar social.

No mundo contemporâneo, as teorias sobre a segmentação dos mercados de trabalho como as expostas por Esping Andersen mostram que o mercado por si próprio não consegue resolver as desigualdades no acesso ao trabalho.

No Brasil, a teoria do desenvolvimento anunciou a modernização econômica e a expansão da cidadania relacionada à incorporação ao mercado de trabalho dinâmico e regulamentado pelas leis trabalhistas. Porém, a cidadania foi escassa (Bruno Lautier, 1997) e a aplicação dos direitos pelo Estado brasileiro foi limitada.

Para Vilmar Faria (1976) a dimensão ocupacional seria o núcleo explicativo da desigualdade, que combina o aspecto normativo (privação de acesso aos direitos e garantias) com o material (privação de bens materiais e pobreza).

De acordo com a história do mercado de trabalho no Brasil, constata-se que sempre houve setores que ficaram fora da proteção das leis trabalhistas e também indivíduos que trabalhavam como autônomos e pequenos empresários sem reconhecimento legal (Faria, 1976; Carvalho, 1997). O Brasil ainda permanece longe de ser uma realidade na qual o trabalho assalariado seja uma fonte de homogeneização social. Se, no contexto europeu depois da Segunda Guerra Mundial, a sociedade dos assalariados foi acompanhada da extensão do Estado de bem-estar, na sociedade brasileira isto aconteceu mais tarde e de forma limitada, autoritária e paternalista (Santos, 1993; Reis, 1998). A fragmentação social no Brasil é histórica e há elementos na estrutura do mercado de trabalho que fazem da relação entre informalidade e desigualdade um processo de certa permanência. Ainda, fenômenos atuais como a incorporação nos mercados globais, as mudanças tecnológicas e as novas formas de organização da produção parecem estar contribuindo para acentuar esses processos.

O Brasil, em 30 anos passou de uma sociedade rural para uma sociedade predominantemente urbana, industrial e de serviços, onde aspectos da economia “tradicional” convivem até hoje com características de uma sociedade “moderna”, combinando indicadores de crescimento correspondente às sociedades mais ricas com altos índices de desigualdade de renda (Gráfico 1). Em 1990 o Brasil tinha o maior índice Gini de desigualdade de renda da América Latina (0,640), e em 2000 esse índice tinha diminuído (0,613), perdendo só para a Bolívia (0,614). Segundo os últimos dados da CEPAL (2009), o Brasil ainda tinha o maior índice de desigualdade de renda (0,590), continuando a ser o país mais desigual do continente mais desigual (Silva, 2003). Gráfico 2.

Na América Latina, o setor informal da economia nunca deixou de existir, embora esteja diferenciado dependendo do tipo e extensão do Estado de bem-estar por país. Nos estados onde as políticas de bem-estar social e a regulação trabalhista aconteceram antes e de forma abrangente, como Chile, Uruguai e Argentina, a informalidade tem se mantido em níveis comparáveis aos dos países da OCDE com algumas flutuações. Enquanto em Estados de bem-estar mais tardios e extensão limitada, a informalidade manteve-se maior, como no caso do Brasil, oscilando entre o 47 e 30% dos ocupados, dependendo do período e da região.

No entanto, a desigualdade de renda vem caindo desde meados de 1990, a renda média dos pobres aumenta proporcionalmente mais que a dos ricos e o nível de desigualdade de renda é o menor dos últimos 30 anos. (Gráfico 3) Ainda, especialistas mostram-se céticos enquanto à significância e permanência dessa queda (Barros et al., 2006). A maior parte desta queda é atribuída às diminuições da desigualdade de renda no mercado de trabalho e aos programas de distribuição de renda como o Bolsa Família entre outros (Medeiros, 2007). Os efeitos das mudanças no mercado de trabalho sobre a queda da desigualdade podem ser explicados por dois fatores: a melhora na qualidade dos postos de trabalho e o aumento da qualificação da força de trabalho. O primeiro fator teve maior peso sobre a queda recente da desigualdade, portanto, políticas públicas visando melhorar a qualidade dos postos de trabalho, como a extensão das redes de proteção social, podem contribuir para a redução da desigualdade de renda (Barros et. al., 2006). A metade da redução da queda recente explica-se por melhoras no capital humano da mão-de-obra, que reduziu as

diferenças de remuneração por nível educacional. Com exceção da segmentação entre segmentos formal e informal no mercado de trabalho, outras formas de discriminação (por gênero e cor) e segmentação (entre regiões, estados e municípios e entre setores da economia) declinaram entre 2003 e 2007. Gráfico 4. A queda na desigualdade de renda *per capita* por estes fatores corresponde a 18% da queda da desigualdade de renda total. No caso das desigualdades por gênero e entre formais e informais, a diferença de renda de trabalhadores com as mesmas características em postos de trabalho similares, supera o 40%. Há fortes indícios de que a educação tem um peso importante na diferenciação dos mercados regulamentados e não-regulamentados, havendo uma importante proporção de informais não-qualificados. Durante os anos 90, a educação isolada de outros fatores aumentava a renda de todos os trabalhadores, e com maior força a renda dos trabalhadores com carteira assinada do que a dos sem carteira, mostrando que exerce um papel diferenciador dos ganhos entre estes (Rivero, 2009). Gráfico 5. Quando trabalhadores com a mesma qualificação e em postos de trabalho similares têm remuneração desigual há que saber quais são os fatores. Neste sentido, vale a pena citar alguns dados.

Em 2005 no Brasil, homens com as mesmas características observáveis e inseridos nos mesmos segmentos no mercado de trabalho que as mulheres, recebiam uma remuneração 56% maior. Homens brancos com as mesmas características e nos mesmos postos de trabalho que negros recebiam 11% maior remuneração. Trabalhadores informais recebem 40% menos remuneração do que trabalhadores formais com as mesmas características e ocupando postos de trabalho semelhantes. De 1995 até 2005 a diferença de renda aumentou entre 4 p.p. e 15 p.p. Cresceu a proporção de trabalhadores formais ocupados, mas também a proporção de informais e as diferenças de renda entre estes (Cardoso Jr., 2008).

A informalidade hoje está vinculada aos processos internacionais de mudanças econômicas e tecnológicas que levam à desfiliação, flexibilização e construção de redes para o desenvolvimento do trabalho (Boltanski & Chiapello, 1999; Castel, 1998; Castells, 1996). Nos países da OCDE a proporção de auto-emprego não-agrícola cresceu de 9.8 a 11.9%. Há provas de que esses processos interferem sobre os níveis de desigualdade no mercado de trabalho nas economias avançadas (Arum & Muller, 2004), e estão na base da desigualdade de renda no Brasil.

Também dentro da informalidade há uma grande desigualdade interna, entre empregados sem carteira desqualificados e profissionais por conta-própria, havendo alguns setores intermediários de trabalhadores qualificados não-profissionais que trabalham sem carteira e como autônomos. Neste sentido parece-me haver dois graves problemas para o desenho de políticas públicas: 1) é a própria definição de trabalho informal, que homogeneiza e não detecta dentro da informalidade as desigualdades de situação na ocupação, renda e condições de trabalho, assim como o papel da qualificação; 2) a desconsideração dentro dos estudos sobre desigualdades sociais e estratificação da incidência da desregulamentação e do trabalho por conta-própria nas desigualdades de acesso à renda, nas condições de trabalho e no acesso aos direitos por parte dos trabalhadores.

Parece mais preocupante ainda que apesar das políticas públicas da última década, o aumento da proporção de trabalhadores com carteira assinada não reduziu a proporção de informais, influenciando a distribuição desigual da renda.

Algumas perguntas parecem se impor: qual é o significado dos recursos educacionais neste contexto? Será possível que a educação incida sobre a posição ocupacional e a renda destes indivíduos? A educação haverá perdido peso como recurso para mudar as posições ocupacionais de origem dos mais pobres?

Até agora a educação continua a ter peso, tanto nas economias avançadas como emergentes e periféricas. Os grupos mais educados são menos afetados pelo desemprego e a desregulamentação. Porém, em alguns países da UE e em outros países menos desenvolvidos os mais educados aparecem em ocupações autônomas e menos regulamentadas. Isto não necessariamente os coloca entre os mais pobres, mais sim em mercados mais instáveis.

No Brasil a educação formal tem uma influência positiva sobre a renda dos trabalhadores menos regulamentados. Embora já haja indícios de que essa influência seja menor entre os autônomos e trabalhadores sem carteira que entre os formais. As tendências parecem mostrar que a educação reduziria o efeito positivo sobre a renda na medida em que os trabalhos informais aumentam, reduzindo as esperanças nos recursos educacionais como exclusivos niveladores das desigualdades. Políticas para a promoção do ensino de qualidade e da valorização social do ensino técnico seriam possíveis. Quando o sistema educacional se expande as desigualdades entre os grupos sociais tendem a permanecer estáveis, porque os mais favorecidos aproveitam as novas posições abertas pela expansão. Os principais beneficiários da expansão educacional no Brasil foram os grupos que já estavam em situação de relativa vantagem, como os filhos de profissionais e aqueles que não residem no Nordeste (Silva & Hasenbal, 2003). Os brancos continuam desfrutando de maiores vantagens nas transições escolares, principalmente no ensino superior (os não brancos são aprox. 30%), apesar de que houve uma tendência à redução das desigualdades de escolarização por raça a partir dos anos 90.

Políticas públicas dirigidas a expandir os recursos de capital cultural e social seriam interessantes para as parcelas mais desfavorecidas da população. O acesso ao ensino superior de setores sociais relegados e políticas direcionadas a reorganizar as diferenças regionais que possam contribuir à democratização no acesso aos serviços culturais seriam formas de aumentar a “conectividade” destes setores. Além disso, a continuidade e avaliação de políticas específicas sobre o mercado de trabalho como facilitar o acesso a crédito de pequenos empreendedores e a regularização de trabalhadores autônomos garantindo melhores locais e condições de trabalho, aumentando a arrecadação fiscal, seriam recomendáveis.